

REPRODUÇÃO CRÍTICA DOS AGROCOMBUSTÍVEIS NO BRASIL E NA COLÔMBIA

Camilo Alejandro Bustos Avila¹

Resumo

Este escrito pretende comparar os processos de expansão da produção de commodities agrícolas no Brasil (soja, cana) e na Colômbia (palmeira-dendê) utilizados, dentre outras finalidades e, principalmente, para a produção de agrocombustíveis. Esta expansão tem sido muito intensa nos últimos doze anos, pelo que procuramos encontrar aspectos comuns e relacioná-los com o processo geral de crise da reprodução especificamente capitalista do capital. A hipótese apresentada é que estes fenômenos são evidência de uma forma específica de produção do espaço nas áreas rurais, já que o espaço e, particularmente, a renda da terra, ao não ser produto da relação social especificamente capitalista (baseada na extração da mais-valia), constitui-se numa forma de tentar evadir a crise da reprodução social especificamente capitalista e a expansão da concentração da terra para fins de especulação com tais commodities é uma evidência, também, da prevalência das determinações do capital financeiro na configuração dos espaços rurais da América Latina e nos países periféricos do sistema mundo.

Palavras-chave: Agrocombustíveis, Crise do capital, Brasil, Colômbia.

Introdução

As áreas rurais do Brasil e da Colômbia, assim como de outros países da América Latina e do mundo têm passado por um processo intensivo de concentração da propriedade da terra para a produção de commodities agrícolas, particularmente, depois da virada do século. Dentre estas commodities se destacam os produtos para produção de agrocombustíveis, como soja, milho, cana-de-açúcar e palmeira-dendê. Cabe ressaltar, entretanto, que estes cultivares permitem ser aproveitados de forma mais ampla, já que têm distintas possibilidades de uso, sendo denominados como *flexcrops* (BORRAS, et. al. 2014, p. 2) que quer dizer cultivos-flexíveis ou, aproximando-nos à versão de Kay (2013), *cultivos-coringa* (como traduzimos, livremente, o termo para o português): cultivos e commodities que têm múltiplos usos (alimentação, comida, combustível ou matérias, isto é -primas para a indústria) que podem ser facilmente trocáveis.

A expansão deste tipo de cultivos na América Latina faz parte de um processo que pode ser compreendido como decorrência do processo de financeirização da economia. Perante a possibilidade de transformar os produtos agrícolas em derivativos financeiros por meio da commoditização inicia-se um processo voraz de açambarcamento de terras produtivas

¹Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Campus Aquidauana
camilo.avila@ufms.br

que modifica o caráter da concentração da terra e a consequente resposta por parte dos movimentos sociais de luta pela terra. A antiga questão agrária, baseada na busca de liberar as terras improdutivas concentradas por latifundiários de maneira ilegal; passa a ser deslocada, progressivamente, pela luta contra a concentração de terras feita pelo agronegócio, que já não pode ser acusado de ser improdutivo. Porém, sua expansão implicando riscos para a própria reprodução do gênero humano pelo deslocamento da produção de alimentos básicos, a desterritorialização das comunidades tradicionais e a degradação ambiental.

Tanto no Brasil, quanto na Colômbia, a expansão do cultivo de cana de açúcar e de palmeira-dendê, como carros-chefes da economia está relacionada com a necessidade de afirmar o espaço como tentativa de solução à crise estrutural do capital, embora isso não quer dizer que as bases da questão agrária (a tendência à concentração da propriedade fundiária, relegando às principais unidades produtivas de alimentos aos menores estabelecimentos), sejam esgotadas.

Apresentaremos, neste escrito, a hipótese de que, o incentivo ao cultivo de matérias-primas para a produção de agrocombustíveis é de natureza crítica, isto é, só é possível por meio de vultosos investimentos públicos, já que depende da expansão da área de produção e não pode se sustentar apenas com um maior investimento de capital numa mesma área, isto é, que estes setores produtivos não têm a capacidade de manter níveis de produtividade satisfatórios sem a apropriação de novos recursos naturais como terra e água.

A partir desta hipótese interpretaremos o aumento na área cultivada em cana de açúcar no Brasil e relacionaremos esta expansão com a ocorrida com o cultivo de dendezeiro, na Colômbia.

Expansão da produção de agrocombustíveis no Brasil

No caso brasileiro, a expansão recente do cultivo da cana (a partir da década de 2000, portanto, depois do fracasso do Programa Pró-álcool), particularmente ao longo dos dois mandatos do presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva (2003-2010), aconteceu em consequência de políticas governamentais para incentivar a produção de etanol como combustível veicular e foi incentivada por determinações internacionais como a diretiva 2009/28, da União Europeia

que determinava que, até 2020, o bloco alcançasse uma cota de 20% de energias finais brutas no consumo de energia (PITTA e MENDONÇA, 2010, p.8).

Como exemplo destas políticas podemos mencionar como, graças à ação de empresários e de seus representantes políticos, foram implantadas medidas destinadas a uma maior regulamentação do setor sucroalcooleiro depois da crise do programa Proálcool, no final da década de 1980. Por exemplo, em 1993, a Lei 8.723/93, que tornava obrigatória a mistura de 22% de álcool anidro à gasolina, e a lei 10.203/2001 fez com que esse percentual passasse a variar entre 20% e 24%. A aprovação da Lei 10.336/2001, instituindo a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e da Lei 10.453/2002, conhecida como Lei do Álcool, as quais tiveram o efeito de “sobretaxar o consumo da gasolina em benefício do álcool e de criar uma fonte específica de recursos públicos para financiamento da produção e da estocagem do álcool combustível e da sua matéria-prima, a cana-de-açúcar, entre outras atividades” (BACCARIN, 2006, p. 2)

O governo Lula incentivou o aumento da área cultivada destinando enormes montantes de crédito para o setor e aproveitando o aumento dos preços das mercadorias negociadas nos mercados de futuros.

Dados da CONAB² (Companhia Nacional de Abastecimento) revelam que entre 2000 e 2011a área ocupada por cana-de-açúcar saltou de 4,8 para 8,1 milhões de hectares. O processamento de cana-de-açúcar passou de 257,6 milhões de toneladas para 624,9 milhões de toneladas e a produção de etanol teve um aumento de 11 bilhões de litros para 27,669 bilhões de litros no mesmo período (PITTA e MENDONÇA, 2010, p.9).

A estes resultados devemos agregar a influência da criação, em 2004, do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPD) (SANTOS e SUZUKI, 2010, p.36).

Embora o Estado de São Paulo concentre a maior parte da produção de cana com 54,23% da área plantada, estimada em 4,3 milhões de hectares segundo a CONAB, a maior expansão ocorreu na região Centro-Oeste, principalmente em Mato Grosso do Sul (38,80%) e Goiás (50,10%) (MENDONÇA et al., 2011), a expansão na Região Centro-Oeste visa aproveitar as vantagens do bioma Cerrado, que concentra importantes fontes hídricas e terras planas, indispensáveis para o desenvolvimento da agricultura extensiva, levando a uma

² Para acessar tais dados ver MENDONÇA *et al.*, 2011.

devastação deste bioma que pode chegar quase a 50%, até 2050 de continuar o ritmo atual de desmatamento (PITTA E MENDONÇA, 2010, p. 10)

Expansão da palmeira-dendê na Colômbia

A apropriação da terra na Colômbia, a partir da década de 2000, enquadra-se dentro do denominado *landgrabbing* (em inglês) ou *acaparamiento* (em espanhol) e que, em português tem sido denominado como neogrilagem legal de terras. Isto é, a apropriação de grandes extensões de terras, que foi agravada a partir da crise alimentar de 2008. Na África e na Ásia, este fenômeno corresponde, principalmente, a acordos entre Estados, em que um governo acorda a compra ou aluguel de grandes extensões (de cem, duzentos mil hectares ou mais), em outro país, para produzir alimentos sob seu controle e exporta-los para garantir a segurança alimentar de sua população. Segundo Kay (2013), na América Latina, entretanto, este processo tem características distintas, porque não são outros Estados, mas, principalmente, as grandes empresas dos países vizinhos que estão investindo na compra ou aluguel de terras.

O dendê chega, na Colômbia, em 1932, mas seu cultivo extensivo começa em 1945. Seu desenvolvimento comercial e expansão começou nas décadas de 1950 e 1960 com a política de substituição de importações de óleos vegetais e fomento à agricultura comercial de monocultivo devido à conjuntura de aumento da demanda para o mercado interno e queda das reservas internacionais pelo que foi um dos cultivos que se beneficiou do conjunto de incentivos tributários e créditos de fomento que foram as principais ferramentas de desenvolvimento agropecuário durante a segunda metade do século XX, na Colômbia (RAMÍREZ, 2012, p. 32).

O primeiro plano de fomento foi desenvolvido durante o Governo Militar de Gustavo Rojas Pinilla (1953-1957), incluindo estímulos financeiros, sementes e assistência técnica, além de planos de colonização dirigida, e incentivos à organização gremial dos agricultores. O programa de fomento apelou à proteções impositivas e políticas de absorção da produção nacional. Posteriormente, em 1962 foi criada a Federação Nacional de Cultivadores de Palma (FEDEPALMA) como agremiação dos principais produtores. A política de fomento permaneceu por dez anos, fazendo com que a área passasse de 250 ha. plantadas, em 1957, para 19.055 ha., em 1967. (RAMÍREZ, 2012, p. 32).

As áreas onde foi plantado o dendê eram áreas de monocultivo de exportação já consolidadas como o Departamento de Magdalena (associada à banana) e o litoral Pacífico do Vale do Cauca. Por outra parte, devido ao fomento da colonização para a produção de dendê, algumas das áreas pioneiras na plantação também estavam na Amazônia Ocidental (Putumayo, e Caquetá). Posteriormente o cultivo se expandiria para quase a totalidade de áreas de menos de 500 m acima do nível do mar e com vocação agrícola.

Em 1968, a raiz do fim do Plano de Fomento, o cultivo deixou de crescer com a mesma intensidade e seu nível de produção não era suficiente para concorrer com as importações de óleo de algodão e de soja, entretanto FEDEPALMA conseguiu que, a partir de 1976 e durante a década de 1980, fossem outorgadas novas vantagens aos produtores como aumento do crédito para o setor e proteção à produção nacional mediante uma tarifa de 40% de impostos para as importações de outros óleos vegetais. Estas vantagens continuaram apesar do desmonte gradativo do aparato produtivo nacional acontecido desde finais da década de 1980 e na década de 1990, consolidando o dendê como o principal produto da cadeia produtiva de gorduras e oleaginosas (ao mesmo tempo que caíam as extensões do cultivo de outras oleaginosas como algodão, gergelim e soja), alcançando uma superfície de 103.396 ha. em 1990, porém a produção ainda não era suficiente para substituir completamente a importação de óleos vegetais (RAMÍREZ, 2012, p. 33).

As políticas neoliberais e o livre comércio favoreceram a transformação de Colômbia em exportador de óleo de dendê pela integração regional. Grandes grupos econômicos criaram companhias de exportação de subprodutos do dendê, como a C.I. ACEPALMA (De FEDEPALMA), C. I. Tequendama, pertencente ao Grupo Famar S.A. e C.I. Los Robles, pertencente ao Grupo Daabon (RAMÍREZ, 2012, p. 33). A Colômbia passou de ser importador de óleos vegetais, a ser exportador e o maior produtor das Américas, com 38% da produção, mas é importante ressaltar que isto só foi possível, como em outros momentos, pelo apoio estatal por meio de políticas fiscais, tributárias, tarifárias e, em ocasiões, pelo apoio de organismos internacionais. A finais da década de 1990 a área cultivada era de 149.764 ha. (RAMÍREZ, 2012, p. 33).

A consolidação das políticas internacionais favoráveis ao desenvolvimento dos agrocombustíveis fizeram com que a área cultivada aumentasse, em 2000 a área plantada de dendezeiro na Colômbia era de 156.070 ha., em 2005 passaram a 270.027 ha. e, em 2011,

chegaram a 427.367 ha. A área plantada em dendezeiro se expandiu 174% entre 2001 e 2011 RAMÍREZ (2012,p. 35) .

Tabela 1

Evolução da área plantada em dendezeiro na Colômbia (1957-2011)

ANO	ÁREA (hectares)
1957	250
1967	19.055
1988	63.000
1999	149.764
2005	270.027
2011	427.367

Fonte: RAMÍREZ, 2012, p. 35.

A produção de dendê se estendia a 73 municípios, em 2008 e, em 2011, tinha se ampliado a mais 30 em 15 departamentos. Embora FEDEPALMA organize operativamente a produção em quatro áreas (norte, centro, leste e oeste), a atividade está presente, principalmente, entre o Vale Médio do Rio Magdalena (Leste do Departamento de Santander e Sul do Departamento de Cesar) e o Litoral do Caribe colombiano (centro-norte do Departamentos de Cesar, Magdalena e, em menor extensão, região dos Montes de Maria, no Departamento de Bolívar). A outra grande área de produção é a planície orinoquense, em boa parte do Departamento de Meta e Sul do Departamento de Casanare. O dendê é produzido, em menor proporção, no Vale do Catatumbo, no Departamento de Norte de Santander e em algumas áreas do Litoral do Pacífico, na Planície Litoral do Departamento de Nariño e no Vale do RíoAtrato, no norte do Departamento de Chocó . Existiam, em 2012, 53 pequenas plantas extratoras que concentravam o extrato para ser enviado a seis grandes plantas (RAMÍREZ, 2012, p. 35).

Embora, entre 1999 e 2007 a maior parte da produção fosse para exportação, atualmente a maior parte da produção obtida vai para o suprimento do mercado interno, seja para a produção de alimentos ou de bens industriais. Especificamente, a partir de 2008 a expansão está diretamente relacionada com o programa de incentivo à produção de agrodiesel, para o qual, em 2011, foram dedicados 168.200 ha. de cultivo e 46,5% da produção do óleo de palma, enquanto que apenas foi exportado 16,8% do total da produção (em torno de 160

mil toneladas de óleo), na sua maior parte na forma de matérias-primas sem processar e com destino ao mercado europeu (RAMÍREZ, 2012, p. 36).

A criação da Lei 939 de 2004 gerou um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento de um mercado do agrodiesel pela imposição da mistura de uma porcentagem de agrodiesel ao diesel veicular de 10%, na maior parte do território nacional e de 7%, em Bogotá e sua área de influência. Por causa desta lei, entre 2008 e 2012, foram construídas seis plantas produtoras de agrodiesel de dendê em vários departamentos, como é apresentado a continuação

Tabela 2

PLANTAS PRODUTORAS DE AGRODIESEL DE DENDÊ NA COLÔMBIA		
MUNICÍPIO	DEPARTAMENTO	CAPACIDADE (ton./ano)
Codazzi	Cesár	70.000
Santa Marta I	Magdalena	36.000
Santa Marta II	Magdalena	100.000
Facatativá	Cundinamarca	100.000
Barrancabermeja	Santander	100.000
San Carlos de Guaroa	Meta	100.000
TOTAL		506.000

Fonte: FEDEBIOCOMBUSTIBLES, 2012.

A produção está diretamente ligada com os grandes cultivadores de dendê: A Planta de Codazzi é de propriedade do Grupo Oleoflores, que pertence à HaciendaLas Flores; A Planta Santa Marta I pertence ao conglomerado japonês (com sede em Panamá), Odin Energy; A Planta Santa Marta II, pertence aos Grupos Daabon e Palmeras de la Costa S.A; a Planta de Barrancabermeja é propriedade conjunta da estatal petroleira ECOPETROL (que controla o 50%) e de sete empresas dendeicultoras de Santander e, enfim; a de San Carlos de Guaroa é propriedade do Grupo Manuelita, tradicional produtora de açúcar e etanol de cana (RAMÍREZ, 2012, p. 37). O exame das proprietárias das plantas extratoras mostra as características dos envolvidos no processo de produção do dendê: Em sua maior parte são empresas locais pertencentes a elites regionais (como os grupos Daabon, HaciendaLas Flores e Manuelita) e que têm interesse em outros negócios de combustíveis, de origem vegetal (Manuelita), provenientes de hidrocarbonetos (ECOPETROL) ou ambos (Odin S.A.).

A incorporação de médios e pequenos produtores dentro do circuito de produção do dendê acontece sob a forma de “Alianças Produtivas”, modelo pelo qual estes, organizados com outros em cooperativas, fazem uma “aliança” com as grandes empresas pela qual aqueles fornecem a terra e a mão de obra, enquanto a grande empresa compra a produção, fornece as sementes, os defensivos, a assistência técnica e se encarrega de gerir e dirigir o crédito (RAMÍREZ, 2012, p. 38; ÀLVAREZ, 2012, p. 13). O proprietário vende a produção à grande empresa, que desconta do produzido o custo dos insumos, da assistência técnica e o pagamento do crédito para a produção, entregando ao proprietário (que, além disso, tem que arcar com os custos do transporte, dos implementos e da previdência social dos trabalhadores e afrontar os problemas produzidos por pragas e pelas variações no preço do produto). Este modelo, portanto, permite que as grandes empresas mantenham uma oferta constante de matéria-prima, sem ter de arcar com os custos da manutenção do cultivo, nem da mão de obra.

Entretanto, a estrutura agrária do cultivo do dendê está caracterizada pela extrema concentração da terra. No final de 1998, na Colômbia existiam 2.054 unidades produtivas de dendê, das quais 80% eram menores de 50 ha. e representavam apenas 4,7% da área total plantada, enquanto 73,9% da área plantada correspondia a cultivos entre 500 e mais de 2.000 ha. que representavam apenas 6,28 % das unidades produtivas (RAMÍREZ, 2012, p. 39).

Dez anos depois, em 2008, apesar de ter assinado 112 convênios de AP com 5.318 pequenos produtores, o cultivo do dendê estava concentrado em grandes latifúndios como os de Oleaginosas Bucarelia (4.700 ha.), Oleaginosas Las Brisas (2.800 ha.), ambas em Puerto Wilches (Santander) ou Indupalma, com 8.609 ha. em San Alberto (Cesár). Além disso o Grupo Manuelita produzia em várias áreas com uma extensão total de mais de 20.000 ha. no Departamento de Meta e 17.000, no Departamento de Casanare, na planície orinoquense. Desta forma, em 2009, 33,2% da área produzida em dendê era desenvolvida em unidades de entre 200 e 1000 ha. e 41,1% era desenvolvida em unidades superiores a 2.000 ha. fazendo com que 74,3% da produção ocorresse em unidades superiores a 200 ha; enquanto isso a área produtora por meio de AP era de apenas 17,2% e, dessa porcentagem, apenas 0,8% era desenvolvida em propriedades menores de 20 ha (RAMÍREZ, 2012, p. 40).

Enfim, falta descrever que o governo e os empresários do negócio estimam necessária uma expansão de 3.500.000 ha. para obter o material suficiente para cumprir com a meta fixada de agregar 20% de agrodiesel ao diesel proveniente da refinação do petróleo, em 2012 estabelecida no Decreto 2629 de 2007. Estes terrenos teriam de vir das áreas que são,

atualmente, concentradas para a pecuária em terras com aptidão agrícola, para não comprometer a produção de alimentos nem a sustentabilidade ambiental. A Colômbia tem 21.500.000 de hectares aptos para a agricultura das quais apenas são usados 4.900.000 há. Deste último número é usado apenas 13,17% no monocultivo de cana e dendê (RAMÍREZ, 2012, p. 41). Se pudesse ser feita uma reconversão das terras mal utilizadas para usos especificamente agrícolas existiria um estoque de 16.300.000 ha.pelo que, para cumprir com a meta de plantar 3.500.000 ha. para cada cultivo estaria sendo comprometido 32,5%, deste estoque de terras, o que tenderia a acentuar a tradicional concentração da terra existente na Colômbia

Reprodução crítica e expansão do agronegócio.

Consideramos uma necessidade epistemológica, ir além da concentração e expansão da produção de cultivos para a produção de agrocombustíveis, entendendo-o como um *fenômeno* de um processo global e mais complexo, relacionado com as transformações experimentadas pela economia capitalista durante as últimas décadas, especificamente, a *financeirização* da economia, isto é, a prevalência do setor financeiro sobre o setor produtivo nas determinações sobre a forma de produção do espaço.

Buscar o fundamento(*Grund*)deste processo, implica compreender que a economia baseada no capital financeiro esconde o caráter fictício e improdutivo deste capital. Assim sendo, a apropriação de grandes áreas rurais por parte de empresários vinculados ao grande capital transnacional tem acontecido de forma violenta,provocando a desterritorialização das comunidades camponesas e indígenas que usufruem estes territórios desde tempos imemoriais revela o caráter ilógico da lógica do capital, posto que impelido pela necessidade capitalista da valorização do valor.

A ideia de uma crise “estrutural” do capitalismo é uma oposição crítica à ideia de uma crise cíclica, portanto, à visão de Kondratieff ou de Schumpeter, do funcionamento da economia capitalista. Entenderemos, pelo contrário, que o capital tende a uma crise de maior escala que não se “resolve” pelos métodos “tradicionais”. As reflexões em torno do estabelecimento desta crise estão relacionadas como posicionamento de Henri Lefebvre de que o espaço tende a resolver suas contradições por meio da produção do espaço (LEFEBVRE, 1978. p. 21). Diante da tendência à impossibilidade do capital para se

reproduzir de forma especificamente capitalista (mediante a extração da mais-valia) e, devido a que o processo crescente de financeirização da economia implica uma “ficcionalização” do capital (Marx), a alternativa da produção do espaço surge pela necessidade de buscar o “lucro extraordinário” representado pela renda da terra, categoria que foge da forma especificamente capitalista de valorização do capital, por não ser ela produto do trabalho.

Entretanto, a financeirização do capital é evidência de uma crise que se manifesta, de forma fenomênica, na forma de um desemprego crescente, na precarização do emprego e na perda de direitos trabalhistas, além de formas elaboradas de “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2006, p. 121). Inclusive as políticas de transferência de renda e de valorização do salário real que foram aplicadas por governos de centro-esquerda em países como o Brasil, a Argentina, o Equador e a Venezuela, durante os últimos quinze anos, aparecem apenas como formas de administração da crise (KURZ, 2009). A “desubstancialização” real do capital está tão avançada que apenas é possível uma acumulação aparente insubstancial por meio de bolhas financeiras e do crédito público que, atualmente alcança seus limites. O que está em jogo já não é mais a distribuição desigual da “riqueza abstrata” (Marx), mas a liberação da riqueza concreta, do fetichismo do capital e de suas formas abstratas (KURZ, 2009).

A crise estrutural do capital se configura a partir do surgimento da “Terceira Revolução Industrial”. Se, até os primeiros anos da década de 1970 parecia consolidar-se no mundo um tipo de sociabilidade capitalista (baseada no assalariamento da população e na propriedade privada tomadas como “coisas naturais”, de forma fetichista), desde o início da década de 1980, a concorrência no mercado mundial fez surgir um novo tipo de racionalização cujo suporte é a microeletrônica, “agora, a força de trabalho humana não é mais racionalizada dentro de sua própria atividade; antes, os empregos são crescentemente substituídos por robôs, sistemas guiados e pela precisão da informática” (KURZ, 2004, p. 97). Isto gera um desemprego em massa estrutural e permanente, que já não pode ser mais caracterizado como cíclico ou temporal, já que cresce sem que se abra nenhuma perspectiva de solução (Ibid.)

O aumento da produtividade significa que menos energia humana produz mais produto material. Portanto, a produtividade nunca aumenta o valor, mas sempre o diminui, como Marx mostra logo no primeiro livro de *O Capital*. Quem afirmar o contrário confunde o nível social como nível da economia empresarial, ou a totalidade do capital como capital individual. O capital individual que, em primeiro lugar, aumenta isoladamente sua própria produtividade,

em segundo lugar, consegue uma vantagem na concorrência. Este oferece os produtos individuais mais baratos, conseguindo, assim, vender mais mercadorias e, precisamente por isso, realizar para si próprio uma parte mais grande da massa de valor social. O que, do ponto de vista da economia empresarial surge como lucro crescente e, portanto, como crescente “criação de valor”, conduz socialmente, entretanto, à diminuição do valor e, na verdade, em detrimento dos outros capitais individuais (KURZ, 2009).

Considerações finais

O panorama mostrado nos casos da expansão do cultivo de cana, no Brasil e do dendezeiro, na Colômbia mostra como tal expansão depende da ação do Estado e é representativo do poder de pressão das grandes empresas que estão por trás do financiamento, da produção e da comercialização dos derivados destes cultivos. É por isto que consideramos que tal forma econômica é *crítica*, isto é, revela as contradições insolúveis da relação social capitalista, que tem que recorrer a dinâmicas que estariam, em tese fora do seu âmbito específico, para funcionar.

As consequências sociais e ambientais do aumento destes cultivos são terríveis, O incremento da área produzida em dendê na Colômbia, por exemplo, implicou que os índices de concentração da propriedade da terra se incrementaram e os deslocamentos de populações camponesas, ajudadas pela ação dos grupos paramilitares, entre 1980 e 2013, colocaram o país como o de segundo maior deslocamento forçado do mundo (depois da Síria), com mais de seis milhões de pessoas (IDMC, 2014), que deixaram para trás mais de cinco milhões de hectares, muitas das quais têm sido apropriadas por grandes companhias de produção de dendezeiro.

No caso brasileiro, o aumento dos índices de desmatamento em biomas como a Amazônia e, particularmente, o Cerrado é gritante. Ao mesmo tempo implica a desviação das funções do Estado, que privilegia o bem particular sobre o bem comum pelas diversas formas de apoio estatal para a expansão do agronegócio dos agrocombustíveis, além de diversas formas de superexploração do trabalho e das problemáticas ambientais decorrentes da necessidade de expansão territorial, o que significa uma crescente apropriação de recursos naturais, como terra e água.

Referências Bibliográficas

ÁLVAREZ, Paula. *Mercado de tierras en Colombia: Acaparamiento o soberanía alimentaria?* Arfo Editores: Bogotá. 2012. 40 p.

BACCARIN, José Giacomo. *A Desregulamentação e a Dupla Concentração sucroalcooleira*. Edição do autor, 2006. (Mimeo).

BORRAS JR, S. FRANCO, J., ISAKSON, R., LEVIDOW, L., VERVEST, P. *Towards understanding the politics of flex crops and commodities: Implications for Research and Policy Advocacy* Transnational Institute (TNI) Agrarian Justice Program. Think Piece Series on flex crops and commodities. No. 1. Junho 2014. TNI: Amsterdam. 15 p.

FEDEBIOCOMBUSTIBLES. *Producción y venta de biodiesel*. Disponível na internet em: <http://www.fedebiocombustibles.com/estadistica-produccion-titulo-Biodiesel.htm> Acesso em 24 de setembro de 2017.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2006

IDMC. *Global Overview 2014*. People internally displaced by conflict and violence. Geneva: IDMC, 2014. 78 p.

KAY Cristobal. Acaparamiento de tierras em América Latina. Entrevista feita por Sally Burch para o portal “*América Latina en movimiento*”. Disponível na internet em: alainet.org. Acesso em 26 de novembro de 2013 por Camilo Bustos Avila

KURZ, Robert. *Antieconomia e antipolítica: Sobre a reformulação da emancipação social após o fim do "marxismo"*. Disponible em internet em <http://www.obeco-online.org/rkurz106.htm> Acesso em 14 de abril de 2017

KURZ, Robert. *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora: editora da UFJF – PAZULIN, 2004.

LEFEBVRE, Henry. *The survival of capitalism*. 2d. Edition. London: Allison and Busby, 1978.

MENDONÇA, Maria Luisa; PITTA, Fábio T.; XAVIER, Carlos Vinicius. *Monopólio na Produção de Etanol no Brasil: A fusão Cosan-Shell*. São Paulo, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, 2011. Disponível em: <http://www.social.org.br>. Acesso em 7 set. 2011.

PITTA, Fábio. GONÇALVES, Maria C. O etanol e a reprodução do capital em crise. In. *AGRÁRIA*. São Paulo, no. 13. P 4-33, 2010. Laboratório de Geografia Agrária-USP.

RAMIREZ, Rosa. *Diagnóstico de la situación de las y los trabajadores de la agroindustria de la palma en el Magdalena Medio y Meta*. FENSUAGRO-CUT: Bogotá, 2012. 128 p

SANTOS, Antônio Lobo dos. SUZUKI, Júlio César. Territorialização do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel e concentração de capital No Brasil. In. *AGRÁRIA*. São Paulo, no. 13. P.34-61, 2010. Laboratório de Geografia Agrária-USP.